

Cardoso negocia

MINISTRO VAI CONVERSAR COM GOVERNADORES

POLÍTICA

JORNAL DA TARDE — 5

OUTROS MENOS. TEMOS QUE VER AS RECEITAS

Fernando Henrique Cardoso)

dívida dos Estados

PARA APRESSAR PROJETO DE LEI SOBRE ROLAGEM DA DÍVIDA

O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, quer conversar com os governadores para apressar a aprovação do projeto de lei de rolagem da dívida dos Estados e municípios. Ontem, mesmo sabendo que Pernambuco é um dos poucos Estados com contas equilibradas, aproveitou uma audiência com o governador Joaquim Francisco para pedir que a bancada do Estado ajude o governo na aprovação da lei. Há dois anos os ministros da Fazenda que antecederam Cardoso tentam, sem êxito, fechar uma negociação com os Estados, que se aproveitaram da indefinição dos acordos com o governo para simplesmente suspender o pagamento de US\$ 4 bilhões que venceram a partir de 1991, segundo dados divulgados pelo líder do PSDB, deputado José Serra.

Durante a reunião do ministro Cardoso com as lideranças partidárias na Câmara, realizada ontem de manhã, o deputado tucano José Serra apresentou números que, segundo ele, comprovam que Estados e municípios "estão bem". Serra informou aos parlamentares que a receita tributária da União teve um crescimento real (acima da inflação) de 13% nos últimos cinco anos, enquanto o Produto Interno Bruto (PIB) do País caiu 1%. O ganho de receita foi possível com o aumento de 4% dos tributos federais, na forma de criação de contribuições sociais; 23% dos impostos estaduais e 97% dos municipais.

"O resultado é que a capacidade de investimento dos Estados e municípios é seis vezes maior que a da União", disse Serra. O ministro da Fazenda usou os argumen-

tos de Serra para defender pressa na rolagem da dívida. "Sem dúvida a receita dos Estados cresceu. O governo não quer tirar esta receita. Mas quer um ressarcimento", disse Cardoso, que, no entanto, se mostrou aberto à negociação com os governadores. "O governo não vai bater o martelo. Alguns Estados podem pagar mais e outros menos. Temos que ver como se comportam as receitas".

O ministro não quis, porém, adiantar se apresentará uma nova proposta para os governadores. "Não existe nada definido. Ainda vamos discutir".

A capacidade de investimento dos Estados e municípios é seis vezes maior que a da União

(Do deputado José Serra)

A resolução do Senado prevê que no primeiro ano da rolagem os Estados devem utilizar 11% das suas receitas líquidas para o pagamento da dívida, percentual que se eleva até 15% nos anos seguintes. "Os parlamentares de-

fendem algo em torno de 9% a 12% no primeiro ano e de 12% a 15% a partir do segundo ano da rolagem", disse Joaquim Francisco, que está em posição privilegiada porque atualmente compromete apenas 7% da sua receita com os encargos da "pequena dívida" do Estado.

A reunião com o governador de Pernambuco deu a dimensão das pressões políticas que o ministro da Fazenda vai enfrentar: Joaquim Francisco foi o porta-voz dos governadores do Nordeste para o pedido de liberação de US\$ 540 milhões, das reservas de contingência, para o combate à seca. Além disso, os pernambucanos querem anistia para o pagamento do Imposto Territorial Rural (ITR) e a liberação de recursos orçamentários para os Estados nordestinos.